



INFORMATIVO

ABRIL | 2022

podemos

CÂMARA

**RAIMUNDO COSTA
ASSINA CONVÊNIO
PARA CRIAÇÃO
DE PLATAFORMA
DE ESTATÍSTICA
PESQUEIRA**

Pág 4

Raimundo Costa
Deputado Federal (BA)

**ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO! CONGRESSO
PROMULGA EMENDA QUE RECOMPÕE
RECURSOS DA EDUCAÇÃO E ISENTA
PREFEITOS DE PENALIDADES.**

Pág. 06



PODEMOS *mudar* O BRASIL



Acesse nosso site ou aplicativo **PODEMOS 19**,
já disponível na **Apple Store** e no **Google Play**.



SUMÁRIO

- 4** Convênio para criação de plataforma de estatística pesqueira
- 6** Congresso promulga emenda que recompõe recursos da educação e isenta prefeitos de penalidades
- 8** Entra em vigor mais uma lei 'Renata Abreu' contra a violência feminina
- 10** Trabalhando pela duplicação de toda a extensão da BR-364 em Rondônia
- 12** Maurício Dziedricki quer transformar 350 mil multas de trânsito em advertências no RS
- 14** Defesa da regulamentação da prática da telemedicina em todo o país
- 16** Proposta inclui energia elétrica entre prioridades do FDNE
- 18** É uma honra ser líder do podemos e representar todos no congresso nacional

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
deputado federal Igor Timo (MG)

Presidente Nacional do Podemos:
deputada federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Fábio de Souza Oliveira

Direção Geral:
Fernando Vieira

Jornalista Responsável:
Alisson Esteves

Revisão Geral:
Daniel Roriz

Colaboradores:

Danílio Oliveira, Lola Nicolás, Marília Jardim, Brunna Moraes, Maura Mosquera, Samuel Sudré, Saulo Rolim, Cleiton Schulz, Daniel Machado, Rafaella Panceri, Fabrício Carbonel, Sérgio Lima, Robert Alves, Flávia Moreira.



Raimundo Costa

Deputado Federal (BA)



CONVÊNIO PARA CRIAÇÃO DE PLATAFORMA DE ESTATÍSTICA PESQUEIRA

O trabalho do deputado federal Raimundo Costa (Podemos-Ba) pela categoria pesqueira artesanal é de longa data. Há 47 anos, o parlamentar atua a favor dos pescadores artesanais e mantém seriedade com o compromisso que o faz ser destaque no parlamento brasileiro pela busca incessante de mais benfeitoria, desenvolvimento e dignidade para o pescador e marisqueira do estado da Bahia.

Em Salvador (BA), o parlamentar da pesca assinou o Convênio do

Banco do Nordeste para a criação da primeira plataforma brasileira de gerenciamento de entidades, navegação e estatística pesqueira. “O projeto é inovador e envolve o nosso mandato, a Marinha do Brasil, Banco do Nordeste, SENAI CIMATEC e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional”, comentou o parlamentar.

Durante a solenidade de assinatura do convênio, Raimundo Costa classificou a data da assinatura como “histórica” para a segurança

marítima, para a pesca e pescadores no geral. O convênio do Banco do Nordeste, no valor de R\$ 330 mil, soma-se com os recursos oriundos de emenda parlamentar do deputado Raimundo Costa para a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, no valor de R\$ 250 mil.

Para o SENAI CIMATEC, na cadeia da pesca e aquicultura, existe uma dificuldade na consolidação de dados estatísticos capazes de traçar um perfil dessas atividades. Isso torna quase que impossível a

adoção de políticas públicas para o segmento, devido à falta de informação e segurança dos dados, dificultando o impulsionamento da produção de pescados. De acordo com o deputado da pesca, a chegada do aplicativo trará mais eficiência ao levantamento de dados. “Tenho certeza que essa plataforma vem para trazer as entidades do segmento para era do ‘papel zero’, como também tem o objetivo de levantar dados estatísticos do segmento visando a uma maior qualificação na elaboração de políticas públicas”, explicou o parlamentar.

A pesca é uma atividade econômica que, além de promover o sustento dos pescadores e suas famílias, gera empregos e promove o desenvolvimento ao longo de toda a cadeia produtiva, produzindo alimentos de alto valor nutritivo.

Benefícios do projeto

Os benefícios do projeto trazem mais segurança e conforto no aperfeiçoamento do sistema de informação do segmento da pesca, para que seja modernizado a maneira de captura, controle dos estoques, segurança na navegação, propiciando dignidade ao segmento e contribuindo para o desenvolvimento do setor e a

sustentabilidade dos recursos. “É um aplicativo de tráfego marítimo que permitirá a comunicação entre os navegantes, traçar rotas marítimas de acordo com cartas náuticas, como também a implantação de um botão de salvatagem para casos de emergências, onde a Marinha do Brasil visualizará em tempo real”, contou Raimundo Costa. “Nosso mandato tem compromisso com a segurança no mar, sobretudo com os trabalhadores do mar, os nossos pescadores”, finalizou o parlamentar.

“Tenho certeza que essa plataforma vem para trazer as entidades do segmento para era do ‘papel zero’, como também tem o objetivo de levantar dados estatísticos do segmento visando a uma maior qualificação na elaboração de políticas públicas”



Tiago Dimas

Deputado Federal (TO)

CONGRESSO PROMULGA EMENDA QUE RECOMPÕE RECURSOS DA EDUCAÇÃO E ISENTA PREFEITOS DE PENALIDADES

Relator na Câmara, Tiago Dimas comemora: “o esforço dos gestores foi fundamental para salvar milhões de vidas e agora com os recursos vamos recuperar o tempo perdido na educação”

O Congresso Nacional promulgou, em sessão solene nesta quarta-feira, 27 de abril, a Emenda Constitucional 119, que recompõe cerca de R\$ 9 bilhões não gastos na educação nos anos de 2020 e 2021 por causa da pandemia. O montante terá de ser aplicado neste ano e em 2023. A emenda, resultado da PEC 13 (Proposta de Emenda à Constituição nº 13), relatada na Câmara pelo deputado federal Tiago Dimas (Podemos-TO), também isenta os prefeitos, prefeitas e governadores (as) de punições por não terem aplicado o mínimo de 25% da receita na educação em 2020 e

2021 por causa da pandemia do novo coronavírus.

“Todos aqui temos consciência que o esforço dos prefeitos e prefeitas foi fundamental para salvar milhões de vidas. Foram os gestores municipais que enfrentaram o problema lá na ponta, tratando com o sofrimento da população e buscando soluções de imediato. Um trabalho incansável e digno de todos os elogios”, ressaltou Tiago Dimas, durante discurso na sessão de promulgação realizada no Plenário do Senado, com a presença de dezenas de prefeitos do Tocantins e do Brasil, bem como de dirigentes das duas maiores entidades municipalistas do país – CNM (Confederação Nacional dos Municípios) e FNP (Frente Nacional dos Prefeitos).

No discurso, Tiago Dimas defendeu

os argumentos já usados na aprovação, com ampla maioria, da PEC na Câmara. Historicamente, as prefeituras sempre cumprem o gasto mínimo de 25% na educação. “Cerca de 1.200 municípios não cumpriram o disposto do artº 212 da Constituição, que determina a aplicação mínima de 25% em educação a partir da sua receita. Tradicionalmente, menos de 1% descumpriam e, com a excepcionalidade da pandemia, esse número saltou para mais de 15%. Muitos não conseguiram aplicar, prezando por não gastar o recurso de qualquer forma”, reforçou o parlamentar.

O deputado também falou da importância da recomposição dos recursos, pois, segundo ele, agora será o momento de os investimentos na educação ajudarem a recuperar o

tempo perdido.

“Com esses mais de 9 bilhões, os municípios vão poder recuperar o tempo perdido na educação. O dinheiro pode bancar reforços, novas tecnologias, investimentos e possibilitar que os prefeitos e prefeitas adotem políticas públicas para que as nossas crianças e jovens possam ter um nível de ensino melhor e que sejam capazes de recuperar o tempo perdido.

A partir disso, buscaremos o salto de qualidade”, pontuou o deputado.

Prefeitos do Tocantins agradecem Tiago Dimas

Presente na sessão, o presidente da ATM (Associação Tocantinense de Municípios), prefeito de Talismã Diogo Borges, elogiou muito o trabalho de Tiago Dimas pela aprovação da PEC. “Os municípios brasileiros não cumpriram com o mínimo de gastos na área da educação por conta da pandemia. A Constituição Federal obriga estados e municípios a cumprirem com o mínimo. Nós, gestores, estávamos preocupados com eventuais punições por conta do descumprimento, ocasionado não por omissão, mas por conta de



um fenômeno avassalador em nossa humanidade, que foi a pandemia da covid-19. Agradecemos os esforços do deputado Tiago Dimas pela relatoria da PEC, e também pelas articulações pela sua rápida aprovação e promulgação, e a toda a Bancada Federal pela votação da matéria nas Casas”, disse Diogo Borges, ao lembrar que a ATM promoveu solicitações em torno dessa medida e de sua aprovação.

Promulgação mostra esforço do Congresso Nacional

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, afirmou que a emenda integra o esforço do Parlamento “para manter o funcionamento das instituições em meio aos desafios da pandemia da covid-19”.

“Por um lado, conseguimos assegurar um tratamento justo

aos gestores que se viram em uma situação completamente nova trazida pelas medidas sanitárias. De outra parte, garantimos que a população e os trabalhadores da educação não venham a ser prejudicados pelo dispêndio público abaixo do piso. O Congresso Nacional buscou, portanto, compatibilizar as perspectivas da gestão responsável e da valorização da educação com as contribuições especialmente meritórias do primeiro signatário e das relatorias em ambas as Casas”, disse Pacheco.

Também participaram da cerimônia os prefeitos de Aracaju, Edvaldo Nogueira, que preside a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), e o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, vice-presidente da entidade. (Com informações da Agência Senado)

Fotos: Alexandre Hilbert/2021.



ENTRA EM VIGOR MAIS UMA LEI ‘RENATA ABREU’ CONTRA A VIOLÊNCIA FEMININA

A Lei 14.316/22, fruto do Projeto de Lei 123/2019, de autoria da deputada federal Renata Abreu (Podemos-SP), entrou em vigor hoje. A partir de 2023, 5% das verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) serão destinados para ações de combate à violência feminina. Outras duas regulamentações que vigoram no país são originárias de propostas da parlamentar, uma das mais atuantes no Congresso na luta por mais segurança às mulheres.

O PL 123/2019 de Renata foi sancionado sem vetos pelo presidente Jair Bolsonaro. Com os recursos do FNSP, poderão ser financiados centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar; casas-abrigo para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar; delegacias, núcleos de

defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar; programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar; e centros de educação e de reabilitação para os agressores. Também poderão custear campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar.

A nova lei acrescenta mais um critério para estados e municípios receberem recursos do FNSP: a implementação de um plano estadual de combate à violência contra a mulher, com tratamento específico para indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais.

Gerido pelo Ministério da Justiça, o Fundo, que já abrange itens como modernização de unidades policiais, projetos de prevenção de delitos, capacitação de profissionais de segurança pública e serviço de

recebimento de denúncias, teve R\$ 1,07 bilhão em valores executados em 2021, segundo o Portal da Transparência. O que daria R\$ 53,5 milhões (5%) destinados ao enfrentamento da violência feminina e doméstica.

“A violência contra as mulheres segue vitimando milhares de brasileiras. E sabemos que a violência contra a mulher ultrapassa os danos causados apenas nas famílias e atinge a toda sociedade. E por mais que se tente combatê-la, faltam verbas públicas para auxiliar no enfrentamento e prevenção deste crime. Tenho certeza de que com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública contribuiremos de forma considerável para que a violência feminina seja efetivamente combatida e reduzida em nosso país”, comenta Renata Abreu.

“Tenho certeza de que com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública contribuiremos de forma considerável para que a violência feminina seja efetivamente combatida e reduzida em nosso país”

Renata Abreu
Deputada Federal (SP)

TRABALHANDO PELA DUPLICAÇÃO DE TODA A EXTENSÃO DA BR-364 EM RONDÔNIA

Um dos projetos mais importantes para Rondônia e aguardado com ansiedade por toda a população, a duplicação da BR-364 pode não ser o que se sonha há décadas. Os estudos feitos até agora e que vão embasar o edital para a privatização da rodovia prevê a duplicação de apenas 113 km, no trecho entre as cidades de Presidente Médici e Jaru.

Isso corresponde a apenas 15% dos 729 km do trecho entre Vilhena e Porto Velho. Para evitar que isso aconteça, o deputado federal Léo Moraes (Podemos/RO) esteve na semana passada no Ministério da Infraestrutura, onde fez uma série de encaminhamentos pelo aumento do trecho a ser duplicado.

Por ser uma pauta comum a todos os setores representativos, Léo Moraes pretende liderar um movimento estadual com a participação da sociedade civil,

do setor produtivo, logística e transportes em geral, o agro, a classe política, enfim, quer fazer uma grande mobilização para que o estudo seja alterado antes que o edital de privatização seja lançado, cujo leilão está previsto para acontecer ainda este ano.

“Existem vários pontos que viemos questionar e tentar encontrar solução. As melhorias são importantes, será um marco para o nosso Estado, mas ainda falta muito. Até porque, segundo dados do Ministério da Infraestrutura, teremos oito praças de pedágio de Porto Velho à Vilhena com um custo total de R\$ 80. Teremos algumas melhorias, entre elas a duplicação de 113km em quase 800km de rodovia privatizada. É pouco demais para a nossa necessidade e realidade. A rodovia é conhecida em alguns trechos como ‘Rodovia da Morte’, e não é por acaso que

precisamos aumentar o número de quilômetros duplicados. Isso é o mínimo!”, publicou o parlamentar em suas redes sociais após deixar o Ministério da Infraestrutura.

O projeto prevê ainda menos de 200 km de terceira faixa e as obras só terão início cinco anos depois de escolhido o vencedor do leilão. “A hora de espernear é essa, o estudo do jeito que está é inconcebível. Não podemos fingir que está tudo bem. A ideia é boa, a iniciativa talvez seja a única, por envolver vultosas somas de recursos, contudo, não vamos aceitar dessa maneira”, enfatizou.

Foto: Luís Macedo/Câmara dos Deputados

“O estudo do jeito que está é inconcebível. Não podemos fingir que está tudo bem. A ideia é boa, a iniciativa talvez seja a única, por envolver vultosas somas de recursos, contudo, não vamos aceitar dessa maneira”

Léo Moraes

Deputado Federal (RO)



Maurício Dziedricki
Deputado Federal (RS)

“As infrações leves e médias, como o próprio nome já diz, são infrações que poderiam ser evitadas com um pouco mais de atenção. Por isso, é importante educar e conscientizar antes de punir”

MAURÍCIO DZIEDRICKI QUER TRANSFORMAR 350 MIL MULTAS DE TRÂNSITO EM ADVERTÊNCIAS NO RS

Já pensou se as multas de trânsito por infrações leves ou médias pudessem ser convertidas em advertências por escrito? Isso é possível a partir de uma lei aprovada no Congresso Nacional (PL 3267/19, que alterou o Código de Trânsito Brasileiro - CTB). A transformação de multas em advertências é decorrente de emenda apresentada pelo deputado federal Maurício Dziedricki (Podemos-RS). “As infrações leves e médias, como o próprio nome já diz, são infrações que poderiam ser evitadas com um pouco mais de atenção. Por isso, é importante educar e conscientizar antes de punir”, explicou Dziedricki.

O resultado da aprovação dessa emenda veio com força já no primeiro ano vigente: o Rio Grande do Sul deixou de aplicar 350 mil multas leves e médias. A nova regra começou a valer para as infrações flagradas a partir de 12 de abril de 2021.

“As advertências, é importante destacar, têm função educativa. E sabemos que muitas vezes uma advertência tem maior impacto do

que a punição, porque conscientiza”, acrescentou Dziedricki. “Antes da alteração na lei, as solicitações de reversão de pena eram quase todas negadas no Rio Grande do Sul. Já em outros estados, a mesma solicitação era aceita. Ou seja, era preciso estabelecer critério claros”, acrescentou o deputado.

Notificação de autuação

A nova regra começou a valer para as infrações flagradas e os autos de infração lavrados a partir do dia 12 de abril de 2021. O Detran/RS ressalta, no entanto, pontos que geram confusão. “Como as pessoas não estão familiarizadas com essa penalidade, elas acabam achando que a notificação enviada já é a multa. Não é.

A primeira notificação que chega para o condutor/proprietário é a notificação da autuação, para que ele possa apresentar condutor e/ou apresentar defesa. A segunda notificação, que seria a multa propriamente dita, virá com os dados da infração e a advertência, sem os valores para pagamento”, explica Ângela Roxo, chefe da Divisão de Infrações do Detran/RS.

Quem aplica a advertência

Outra confusão bastante comum é que a penalidade de advertência não é aplicada pelo policial ou agente de trânsito que flagra a infração, mas sim pelo órgão de trânsito. O agente preencherá normalmente o auto de infração sendo encaminhada a notificação da autuação, com prazo para apresentação de condutor e/ou de defesa. Antes da emissão da notificação de imposição de penalidade (a multa propriamente dita), o sistema vai analisar o prontuário do condutor. Se não houver outra infração confirmada no período de 12 meses, será automaticamente emitida a advertência por escrito.

Com informações do Detran/RS

Foto: Saulo Rolim / Liderança Podemos

A portrait of Rodrigo Coelho, a man with dark hair, wearing a dark suit, white shirt, and a light blue patterned tie. He is smiling slightly and looking towards the camera. The background is a blurred indoor setting with warm lighting.

Rodrigo Coelho
Deputado Federal (SC)

“Para solucionar essa insegurança jurídica, torna-se necessária a aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei 1998/2020, que torna permanente a telemedicina”

DEFESA DA REGULAMENTAÇÃO DA PRÁTICA DA TELEMEDICINA EM TODO O PAÍS

O deputado federal Rodrigo Coelho (Podemos-SC), coautor do Projeto 1.988/2020, defende a aprovação imediata da telemedicina no Brasil. Para o parlamentar, o recurso possibilitou que os tratamentos de saúde acompanhassem a evolução tecnológica, facilitou o acesso a mais pacientes, melhorou o atendimento especializado e diminuiu as filas e os custos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Para o parlamentar, a decisão do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, de pôr fim à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), considerando a melhora do cenário epidemiológico da Covid, a alta cobertura vacinal e a capacidade de resposta e assistência do Sistema Único de Saúde (SUS), suscita o parlamento a cobrar que a proposta seja apreciada e votada com celeridade.

“Com o anúncio desta medida, a telemedicina encontra-se sem a devida regulamentação em todo o território nacional, já que a prática só foi autorizada pelo Congresso durante o período de emergência da pandemia. Para solucionar essa insegurança jurídica, torna-se necessária a aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei 1998/2020, que torna permanente a telemedicina”, afirma o deputado.

O texto autoriza e define critérios para a prática da telemedicina, definindo a atividade como a transmissão segura de dados e informações médicas, por meio de texto, som, imagens ou outras formas necessárias para prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento de pacientes. A legislação também permitirá a prescrição de medicamentos e que o Conselho Federal de Medicina possa

regulamentar os procedimentos necessários para a prática.

Segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Telemedicina e Saúde Digital, mais de 7,5 milhões de atendimentos foram realizados via telemedicina, por mais de 52,2 mil médicos, no Brasil entre 2020 e 2021.

PROPOSTA INCLUI ENERGIA ELÉTRICA ENTRE PRIORIDADES DO FDNE

O deputado federal Ricardo Teobaldo (Podemos-PE) é o autor do Projeto de Lei Complementar (PLP) 28/19, que inclui entre as prioridades do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) o financiamento de empreendimentos de energia elétrica. A proposta altera a Lei Complementar 125/07, que regulamenta a atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), administradora do fundo.

Segundo o texto, poderão ser financiados projetos de geração, transmissão e distribuição de energia. Para o parlamentar, essa aprovação vai garantir mais uma

alternativa para a geração de energia em nosso país.

“A gente sabe da dificuldade da geração de energia no Brasil e principalmente no Nordeste. Precisamos incentivar esses investimentos e uma dessas formas é através da economia. Com a participação da Sudene, mais empresas vão passar a investir no setor”, destacou.

Teobaldo ainda destacou a importância do setor para a economia. “Fortalecer o setor energético também é fortalecer a economia do Nordeste. Essa é uma prerrogativa principal para a instalação

de qualquer empreendimento. Com isso vamos gerar mais oportunidades e empregos para toda região”, finalizou.

O projeto já foi aprovado nas Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e na de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. A medida ainda será apreciada nas Comissões de Finanças e Tributação e também na de Constituição e Justiça e de Cidadania.

“Fortalecer o setor energético também é fortalecer a economia do Nordeste. Essa é uma prerrogativa principal para a instalação de qualquer empreendimento. Com isso vamos gerar mais oportunidades e empregos para toda região”



Ricardo Teobaldo
Deputado Federal (PE)

Igor Timo
Deputado Federal (MG)

“Não se constrói projeto ou política pública sem diálogo. É ouvindo lideranças, a sociedade civil, categorias, e os próprios colegas que conseguiremos ajudar nosso país. Esse é o papel do líder, de ouvir e buscar soluções. Quem lidera é voz do povo”

É UMA HONRA SER LÍDER DO PODEMOS E REPRESENTAR TODOS NO CONGRESSO NACIONAL

O deputado federal Igor Timo (Podemos-MG), foi reconduzido ao cargo de líder do partido na Câmara Federal em março deste ano. O parlamentar mineiro, que está à frente da bancada desde 2021, permanecerá por mais um ano, até o final de 2022.

Na liderança, Igor Timo representa o partido junto ao colégio de líderes, onde são organizadas as pautas que entrarão em votação na Casa como: a retomada da prisão, após condenação em segunda instância; medidas anticorrupção; fim do foro privilegiado; e outras bandeiras defendidas pelo Podemos, que também são anseios do povo brasileiro.

O deputado também é o responsável por fazer a interlocução e a articulação política da sua bancada, ouvindo, propondo e construindo soluções para atender as demandas de cada estado e de cada parlamentar perante o governo, e a

presidência da casa, além disso, encaminha a eles o posicionamento da bancada quanto às pautas que são apresentadas pelo colégio de líderes.

O Deputado Igor Timo, tem contribuído com seu mandato para a aprovação de projetos e leis que beneficiem o povo brasileiro como o Projeto de lei 534/21 que trouxe segurança jurídica a estados e municípios para a compra de vacinas, que salvou milhares de vidas durante a pandemia. Também relatou o Projeto de Lei 1605/19, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer com o objetivo de promover condições iguais de acesso a tratamentos, além das relatorias o deputado tem apresentado projetos e emendas que impactam diretamente na vida dos brasileiros.

Por toda essa contribuição que fez como líder do partido e por sua atuação parlamentar e pelo perfil agregador o Dep.,

Igor Timo foi reconduzido por mais um ano pelos colegas ao cargo de líder do partido na Câmara para poder representá-los.

Para o deputado, essa aprovação é fruto do diálogo que faz com as lideranças, bases e com os poderes. É isso que tem nos trazido bons resultados, eficiência, assertividade e compromisso.

“Não se constrói projeto ou política pública sem diálogo. É ouvindo lideranças, a sociedade civil, categorias, e os próprios colegas que conseguiremos ajudar nosso país. Esse é o papel do líder, de ouvir e buscar soluções, propor projetos, buscar apoio político para a sua aprovação. Quem lidera é voz do povo que depositou seu voto de confiança e esperança em mim”, finalizou Igor Timo.

Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

JUNTOS PODEMOS

 **podemos.org.br**

SEDE NACIONAL

SHIS QI, 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (61) 98587-1919

 contato@podemos.org.br      @podemos19

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Vitorino de Moraes, 156

Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP

CEP: 04714-030

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br      @podemos19

 **podemos**
CÂMARA